



## ACTA NÚMERO 115 (CENTO E QUINZE)

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório do Centro de Medicina Desportiva de Lisboa, sito na Av.<sup>a</sup> Professor Egas Moniz, 1600-190 Lisboa, reuniu em segunda convocatória a Assembleia Geral ordinária da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), regularmente convocada para o efeito, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apreciação e votação do Relatório e Contas Exercício 2015;
- 2 – Deliberar sobre a remuneração do Presidente da Direcção, sob proposta da Direcção, nos termos e para os efeitos do artigo 39º dos Estatutos;

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente, Miguel Cordovil Matos, e pelos Secretários, Miguel Rodrigues e Nuno Carvalho.

À hora marcada para a primeira convocatória (18.00 horas), o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º 4 do Artigo 20.º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória (18 horas e 30 minutos).

À hora marcada para a segunda convocatória encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças:: José Maria Marques (AA Coimbra); Leonardo Falcão Trigo (AAIS Agronomia); Vasco Sevinato Pinto (AEIS Agronomia); Luis Baptista (Belas RC); António Vidigal, António Marques e Guilherme Neves (Caldas RC); Lourenço Fernandes Thomaz, José Sacavém, Miguel Cordovil Matos e Miguel Rodrigues (CDUL); Miguel Freudenthal e Nuno Carvalho (CF Belenenses); Luis Conde e João Maia (CR São Miguel); António Costa e Amílcar Seco (CRAV); Pedro Fragoso Mendes e João Diniz (GD Direito); José Maria Sampaio, Pedro Vassalo e Carlos Jorge Reis (GDS Cascais); João Ferreira Queimado, Carlos Esteves e Pedro Coutinho (SL Benfica); Tito Arantes Fontes (A.Sporting CP-Rugby); Nuno Coelho (ANAR); Miguel Teixeira (AR Sul); Tiago Gonçalves (CRR Centro); Isabel Ozório (Atletas Internacional) e Leonor Amaral (Atletas Femininas).

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos estatutários, o Presidente deu então início à Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 18 horas e 30 minutos.

Como ponto prévio à ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa colocou à consideração da Assembleia Geral o pedido formulado à Mesa pelos Srs. Rui Alvarez Martins e José Alpuim no sentido de serem autorizados a assistir à presente Assembleia, ainda que naturalmente sem a possibilidade de intervir na mesma, seja em sede de discussão, seja em sede de votação. Não tendo nenhum delegado manifestado interesse em discutir a referida proposta, foi a mesma colocada de imediato à votação e aprovada por unanimidade dos presentes, razão pela qual foram os requerentes autorizados a entrar na sala e a assistir à Assembleia.

Entrando na discussão da matéria agendada sob o ponto um da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPR que fez um breve resumo sobre a actividade desenvolvida desde a tomada de posse dos actuais órgãos sociais em Dezembro de 2015 e sobre a situação administrativa e financeira da FPR.

De seguida tomaram a palavra a Dr<sup>a</sup>. Rima Kumar e a Dra. Maria João Xavier que apresentaram as contas de 2015. Na sequência dessa apresentação técnica, a palavra foi devolvida ao Presidente da Direcção, que sublinhou o desafio de gestão que se coloca à Direcção da FPR, por entender ser absolutamente necessário reduzir os custos da estrutura da FPR, de modo a adequá-los às receitas.

Concluída a apresentação, o Presidente da Mesa pôs à discussão o ponto um da Ordem de Trabalhos, tendo usado da palavra vários delegados, nomeadamente João Diniz, António Costa e Pedro Vassalo sobre as irregularidades no controle financeiro detectadas no mandato da anterior Direcção. Questionado a respeito da alteração de procedimentos de modo a assegurar que o sucedido não poderia voltar a suceder, o Presidente da FPR esclareceu que os procedimentos administrativos foram alterados, ainda no mandato da Direcção anterior, tornando inviável a repetição de situações similares. O delegado do Belas RC, Luis Baptista, congratulou-se com a recuperação dos valores dos fundos patrimoniais tendo Luís Cassiano Neves atribuído o mérito dessa recuperação à anterior Direcção. António Costa voltou a intervir perguntando sobre a forma como a Direcção iria reduzir o passivo, tendo o Presidente da Direcção prestado todos os esclarecimentos.

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa pôs à votação o ponto um da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto dois da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa deu a palavra ao Dr. Luis Cassiano Neves, Presidente da Direcção da FPR, que propôs que a sua remuneração, tendo em conta que está praticamente a tempo inteiro ao serviço da FPR, seja igual à do anterior Presidente, isto é de 1500,00 euros brutos mensais, 14 meses ao ano.

O Presidente da Direcção da FPR pôs à consideração da Assembleia a suspensão da presente Assembleia antes de se votar este ponto, passando-se de imediato à Assembleia Geral Extraordinária na qual se vai discutir as consequências financeiras e desportivas da descida de divisão da Selecção Nacional de XV, sendo depois retomada a presente Assembleia, para discussão e votação deste ponto já com um melhor conhecimento da realidade financeira da FPR.

Depois de breves intervenções de vários delegados, foi posta à votação a proposta do Presidente da FPR, tendo sido deliberado, por unanimidade dos delegados, não suspender a presente Assembleia, passando-se de imediato à votação do ponto 2 da ordem de trabalhos.

Posta à votação a proposta de remuneração do Presidente da FPR, foi a mesma aprovada com uma abstenção e 30 votos a favor.

Nada mais havendo a tratar, pelas 19 horas e 40 minutos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados, lavrando-se a presente acta que vai assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

